

**LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2016**

**SÚMULA:** *“Inclui o parágrafo único no art. 8º; altera o art. 9º; altera o art. 20; inclui o inciso IV no art. 53; inclui o art. 54-A; altera o art. 55 e inclui o parágrafo único; altera o art. 56 e revoga o inciso III do §1º do art. 60, da Lei Complementar nº 001, de 29 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar 009, de 26 de setembro de 2013.”*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Inclui o parágrafo único no art. 8º da Lei Complementar Municipal nº 001 de 29 de dezembro de 1997, que contendo a seguinte redação:

**“Art. 8º....**

**Parágrafo único.** Considera-se existente uma Unidade Econômica instalada no município quando observados 02 (dois) ou mais dos seguintes requisitos:

**I.** Execução de serviços, previamente acordados através de orçamentos, ordens de serviço ou contrato, dentro dos limites geográficos do município a um mesmo tomador, por prazo não inferior a 15 (quinze) dias consecutivos ou não;

**II.** Constatada a existência de área, cedida ou locada pelo tomador dos serviços, nos limites geográficos do município na qual o prestador de serviços mantenha pessoal, materiais e/ou equipamentos necessários à execução dos serviços;

**III.** Utilização de mão de obra diretamente subordinada ao prestador dos serviços.

**IV.** Presença de estrutura organizacional ou administrativa;

**V.** Inscrição nos órgãos previdenciários;

**VI.** Indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

**VII.** Permanência ou ânimo de permanecer no local para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada por meio de elementos, tais como:

**a)** Indicação do endereço da empresa em impressos, formulários ou correspondência;

**b)** Locação de imóvel em nome da empresa;

**c)** Propaganda ou publicidade da empresa;

**d)** Comprovação de Fornecimento de energia elétrica, água, esgoto, telecomunicações e assemelhados, através de fatura em nome do prestador ou seu representante.

**Art. 2º.** Altera o art. 9º da Lei Complementar Municipal nº 001, de 29 de dezembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 9º.** Contribuinte do imposto é o prestador dos serviços, inclusive a sociedade de fato e condomínio, que exerçam quaisquer das atividades constantes da lista de serviços a que se refere o Anexo I, ainda que não se constituam como atividade preponderante do prestador.

**Parágrafo único.** “É considerada contribuinte também a pessoa jurídica prestadora de serviços quando caracterizada a existência de Unidade Econômica ou profissional no município.”

**Art. 3º.** Altera o art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 001, de 29 de dezembro de 1997, alterado pela Lei Complementar nº 009 de 26 de Setembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 20.** A não observância, pelo sujeito passivo, de qualquer obrigação acessória imposta pela legislação tributária municipal, no interesse da arrecadação ou fiscalização do imposto tratado neste capítulo, sujeitará o mesmo ao pagamento de multa como segue:

**§ 1º.** Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) nas seguintes situações:

**I.** Fornecer ao cadastro fiscal dados inexatos ou incompletos, de cuja aplicação possa resultar, para o sujeito passivo, proveito de qualquer natureza;

**II.** Não transmitir, no sistema de escrituração eletrônica do município, a declaração mensal de serviços no prazo estabelecido;

**III.** Enviar declaração mensal de serviços com dados incorretos e/ou com omissão de informações.

**IV.** Deixar de remeter à Administração documento e/ou informação exigidos por lei ou regulamento;

**V.** Negar-se a exhibir livros e documentos de escrita comercial e fiscal;

**VI.** Reter e deixar de recolher o imposto sob o regime de retenção na fonte;

**VII.** Utilizar nota fiscal ou livro de prestação de serviço sem a devida autorização do órgão competente;

**VIII.** Utilizar Nota Fiscal de prestação de serviço em desacordo com a AIDF (autorização de impressão de documentos fiscais);

**IX.** Dificultar acesso a estabelecimento ou informação, dificultando a ação fiscal.

**§ 2º.** O valor da multa prevista no caput deste artigo será de R\$ 1.000,00 (um mil reais) nas seguintes situações:

**I.** deixar de inscrever-se no cadastro fiscal ou deixar de atualizá-lo na forma e prazo fixados em regulamento;

**II.** desatender notificação para inscrição no cadastro fiscal;

**III.** utilizar nota fiscal fora da ordem cronológica;

**IV.** emitir nota fiscal sem identificação e endereço completo do tomador do serviço;

**V.** extraviar nota fiscal de prestação de serviço;

**§ 3º.** O valor da multa prevista nos parágrafos 1º e 2º será reduzido em 80% (oitenta por cento) quando o sujeito passivo tratar-se de pessoa jurídica enquadrada no regime de tratamento diferenciado, estabelecido na Lei Complementar 123 de 14 de Dezembro de 2006.

**§ 4º.** Ficará submetido à multa prevista no “caput”, o contribuinte que, por qualquer ação ou omissão não prevista nos incisos anteriores, importe em descumprimento de obrigação acessória.

**§ 5º.** Na repetição das infrações previstas neste artigo, aplicar-se-á em dobro a penalidade estipulada e, no triplo, no caso de persistência.

**I.** Considera-se repetição a ocorrência da mesma infração 02 (duas) vezes dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados da primeira ocorrência, desde que notificado o sujeito passivo.

**II.** Considera-se persistência a ocorrência de 03 (três) ou mais vezes da mesma infração dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados da primeira ocorrência, desde que notificado o sujeito passivo.

**Art. 4º.** Inclui o inciso IV no art. 53 da Lei Complementar Municipal nº 001, de 29 de dezembro de 1997, contendo a seguinte redação:



**“Art. 53. ...**

**IV – serviços de cemitério.”**

**Art. 5º.** Inclui o art. 54-A à Lei Complementar Municipal nº 001, de 29 de dezembro de 1997, contendo a seguinte redação:

**“Art 54-A.** Constitui hipótese de incidência da taxa de serviços de cemitério a utilização efetiva dos seguintes serviços:

- a)** Cessão de área;
- b)** Padronização de Túmulos
- c)** Numeração de placa;
- d)** Sepultamento;
- e)** Uso da capela mortuária municipal;
- f )** Exumação;
- g)** Transferência de restos mortais;
- h)** Reforma e/ou benfeitoria de jazigo familiar;
- i )** Cremação.

**Parágrafo único.** A taxa de manutenção do cemitério incidirá anualmente, independente de requerimento ou incidência de outras taxas previstas no caput deste artigo.”

**Art. 6º.** Altera o art. 55 e inclui o parágrafo único à Lei Complementar Municipal nº 001, de 29 de dezembro de 1997, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 55.** O fato imponible das taxas de serviços urbanos referentes aos incisos I e II do art. 53, ocorrerá no dia 1º de janeiro de cada exercício

**Parágrafo único.** Para os serviços urbanos referentes ao inciso IV, o fato imponible ocorrerá no momento da sua efetiva requisição, exceto para a taxa anual de manutenção, prevista no Art 54-A que ocorrerá no dia 1º de janeiro de cada exercício. ”

**Art. 7º.** Altera o art. 56 da Lei Complementar Municipal nº 001, de 29 de dezembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 56.** É sujeito passivo das taxas de serviços urbanos o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor de imóvel alcançado pelos serviços mencionados no

art. 53 desta lei, além daqueles que requerem os serviços e cessões de uso nos cemitérios municipais, descritos no Art 54-A.”

**Art. 8º.** Fica revogado o inciso III do §1º do art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 001, de 29 de dezembro de 1997.

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

Prefeitura Municipal de Araucária, 19 de janeiro de 2016.



**RUI SÉRGIO ALVES DE SOUZA**  
Prefeito Municipal em Exercício